

# MAIS FÁCIL O ACORDO COM O FMI

**Ele pode acontecer ainda este ano. Só depende do apoio político que Sarney conseguir.**



O Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda poderão assumir plenamente a responsabilidade pela formulação e elaboração da política econômica. Essa seria a principal e imediata consequência no plano econômico, da montagem de uma base sustentação política do presidente Sarney (foto).

Segundo a avaliação de assessores mais próximos do presidente e do ministro da Fazenda, a partir da "libertação" de Sarney poderá ocorrer uma rápida desobstrução das negociações com os credores externos, podendo o País abrir caminho, com mais facilidade, à concretização, no curto prazo, ou seja, ainda para este ano, de um acordo com o fundo monetário internacional (FMI) até agora não absorvido pela liderança do PMDB.

## Pragmatismo

Os informantes ouvidos pelo JT chamam a atenção para o fato de que, em seu pronunciamento público da semana passada, pela cadeia nacional de rádio e TV, Sarney apresentou, entre as justificativas para a formação de uma base de sustentação política para seu governo, acima dos partidos, a necessidade de "equacionar o problema da dívida externa de uma forma realista..."

O presidente, contudo, saiu do texto para acrescentar a expressão "e pragmática", refletindo a preocupação, que é antiga, do Palácio do Planalto, de se alcançar um acordo com os credores, ainda que seja necessários um ajuste com o FMI e o "pagamento simbólico" de uma parcela dos juros vencidos, tal como exigem os banqueiros.

## Isolamento

Sabe-se, por outro lado, que a instrução transmitida ao ministro da Fazenda pelo presidente da República é de tudo fazer para evitar uma desclassificação dos créditos do País dia 26. O presidente vem sendo informado, por economistas de fora do governo, inclusive ex-ministros, dos riscos de um isolamento ainda maior do mercado financeiro internacional, embora os bancos também percam com a reclassificação, pois serão obrigados a mobilizar mais reservas para compensar os prejuízos.

Uma política mais pragmática e mais audaz do governo na frente da renegociação externa — segundo esses informantes — tem sido dificultada sobretudo pela resistência do PMDB, que na sua recente convenção condenou formalmente qualquer aproximação com o FMI e somente à custa de muita negociação concordou em admitir o mecanismo da conversão de parte da dívida em investimento de risco, ainda assim mediante severas restrições. A remoção desse obstáculo seria, para o Planalto e o Ministério da Fazenda, essencial a um desbloqueio das negociações, cuja nova fase se inaugurará dia 19.

O segundo maior credor do Brasil, o Chase Manhattan Bank, está muito interessado em converter de 10 a 15% dos créditos brasileiros em investimentos de risco no período de dois anos. Foi o que informou o vice-presidente do banco, Roger Hipskind,

que considera positiva essa estratégia tanto para os credores quanto para o País, que poderá incorporar parte do deságio de mais de 60% com que a dívida vem sendo negociada no mercado secundário, mesmo que isso represente certo prejuízo àqueles

credores. Estes estão mais interessados, com a conversão, em passar a receber dividendos, mais ajustáveis ao fluxo de caixa que os juros. Hipskind disse ainda que a securitização da dívida, proposta pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, terá de ser feita pelo valor nominal